

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE
2 PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA NOVE DE AGOSTO
3 DE 2017, ÀS NOVE HORAS, NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE
4 COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.

5 Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às nove horas, no Auditório da
6 Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz Fora, reuniu-se o Conselho
7 Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), regimentalmente convocado, sob a
8 Presidência da Senhora Prof.^a Dr.^a Mônica Ribeiro de Oliveira, Pró-Reitora de Pós-
9 Graduação e Pesquisa, e do Senhor Prof. Dr. Luís Paulo da Silva Barra, Pró-Reitor
10 Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa, contando ainda com a presença dos seguintes
11 Conselheiros: Prof. Klaus Chaves Alberto, Coordenador do Programa de Pós-graduação
12 em Ambiente Construído; Prof. Mateus Camaroti Laterza, Coordenador do programa de
13 Pós-graduação em Educação Física; Prof.^a Neusa Salim Miranda, Coordenadora do
14 Mestrado Profissional em Letras; Prof. Alex Borges Vieira, Vice-Coordenador do
15 Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação; Prof. Fernando Antônio
16 Basile Colugnati, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Saúde; Prof. Luís
17 Fernando Crocco Afonso, Coordenador do Mestrado Profissional em Rede em
18 Matemática; Prof. Grigori Chapiro, Coordenador do Programa de Pós-graduação em
19 Matemática; Prof. Rafael Alves Bonfim de Queiroz, Coordenador do Programa de Pós-
20 Graduação em Administração; Prof. Danilo de Oliveira Sampaio, Coordenador do
21 Programa de Pós-graduação em Administração; Prof. Vicente Riccio Neto, Programa de
22 Pós-Graduação em Direito e Inovação; Prof. José Alberto Barroso Castañon,
23 representando o Comitê Assessor ao CSPP, Área Engenharias e Ciências da
24 Computação; Prof.^a Nádia Silvia Somavilla, representando o Comitê Assessor ao CSPP,
25 Área Ciências Biológicas; Prof. Nathan Oliveira Barros, Vice-Coordenador do
26 Programa de Pós-graduação em Ecologia; Prof. Alfredo Chaoubah, Coordenador do
27 Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Prof. Antônio Márcio Resende do
28 Carmo, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Clínica Odontológica; Prof.
29 Paulo Henrique Dias Menezes, Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em
30 Ensino de Física; Prof. Roberto Marques Neto, Coordenador do Programa de Pós-
31 graduação em Geografia; Prof. Luiz Fernando Matos Rocha, Coordenador do Programa
32 de Pós-graduação em Linguística; Prof. Virgílio de Carvalho dos Anjos, Coordenador
33 do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados; prof.
34 Luiz Antônio Sodré Costa, Representante do Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências
35 Exatas; Prof.^a Claudia Maria Ribeiro Viscardi, Coordenadora do Programa de Pós-

36 graduação em História; Prof.^a Fernanda Finotti Cordeiro Perobelli, Vice-Coordenadora
37 do Programa de Pós-Graduação em Economia; Prof.^a Heloísa Pinna Bernardo,
38 Coordenadora do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede; Prof.^a
39 Gabriela Borges Martins Caravela, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
40 Comunicação; Prof. Pablo Zimmermann Coura, Coordenador do Programa de Pós-
41 graduação em Física; Prof. Thiago César Nascimento, Representante do Comitê
42 Assessor ao CSPP, Área Ciências da Saúde; Prof. Cláudio Galuppo Diniz, Coordenador
43 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (Imunologia e Doenças Infecto-
44 Parasitárias/Genética e Biotecnologia); Prof. Luís Alberto Rocha Melo, Coordenador do
45 Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens; Prof.^a Maria Cláudia
46 Bonadio, Representante do Comitê Assessor ao CSPP, Área Linguística, Letras e Artes;
47 Prof. Ademar Alves da Silva Filho, Coordenador do Programa de Pós-graduação em
48 Ciências Farmacêuticas; Prof.^a Priscila de Faria Pinto, Vice-Coordenadora do Programa
49 de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas; Prof.^a Carla Malaguti, Coordenadora do
50 Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação e Desempenho Físico-
51 Funcional; Prof. Francis Ricardo dos Reis Justi, Coordenador do Programa de Pós-
52 Graduação em Psicologia; Prof. Ronaldo Vielmi Fortes, Coordenador do Programa de
53 Pós-Graduação em Serviço Social; Prof.^a Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim, Vice-
54 Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação
55 Pública; Prof. Ignácio José Godinho Delgado, Diretor do Centro Regional de Inovação e
56 Transferência de Tecnologia; Prof.^a Cristina Arreguy-Sena, Coordenadora do Programa
57 de Pós-Graduação em Enfermagem; Prof.^a Flávia Cavalieri Machado, Coordenadora do
58 Programa de Pós-graduação em Química; Prof.^a Rogéria Campos de Almeida Dutra,
59 Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Após cumprimentar
60 os conselheiros e agradecer a todos pela presença, a Presidente passou à pauta do dia. **I**
61 – **Aprovação da ata da reunião do CSPP realizada no dia vinte e cinco de julho de**
62 **2017:** Passou-se à apreciação da ata prevista para a reunião do dia e, após ser
63 perguntado aos presentes sobre quaisquer pedidos de esclarecimentos ou inclusão de
64 itens, a mesma foi aprovada pela plenária. Ainda nesse primeiro momento, a Presidente
65 citou o nome dos conselheiros que até o início da reunião haviam enviado justificativas
66 para suas ausências, a saber: prof. Alexandre Abraão Cury, Coordenador do Programa
67 de Pós-graduação em Engenharia Civil; prof.^a Estela Márcia Saraiva Campos,
68 Coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde da Família; prof. Marco Antônio
69 Escher, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação Matemática; prof.
70 Alexandre Graça Faria, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras (Estudos

71 Literários); prof.^a Iluska Maria da Silva Coutinho, Representante do Comitê Assessor ao
72 CSPP, Área Ciências Sociais Aplicadas; prof.^a Cibele Velloso Rodrigues, Coordenadora
73 Programa de Pós-graduação Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular; prof.^a
74 Ana Rosa Picanço Moreira, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
75 Educação. **II – Comunicações:** Dando prosseguimento à reunião, a Presidente alertou
76 os conselheiros para que ficassem atentos às novas exigências para mobilidade
77 internacional, segundo o ofício circular n.º 1/2017-DRI/CAPES, dentre as quais está
78 prevista a comprovação de proficiência em língua estrangeira. Caso o país de destino
79 seja diferente àqueles cujas línguas possuem exames amplamente difundidos no Brasil –
80 inglês, francês, alemão, espanhol e italiano – ou que não os aceitem, o candidato deverá
81 apresentar proficiência na língua do país em questão; nos casos de países de língua
82 portuguesa, será exigida também a proficiência em inglês. Além disso, e ainda a respeito
83 do processo de internacionalização de nossa instituição, a Presidente expôs aos
84 presentes a importância da entrada dos pesquisadores na plataforma ORCID (Open
85 Researcher and Contributor ID), plataforma que viabiliza uma comunicação mais fluida
86 com a comunidade externa de pesquisadores, apresentando informações do currículo,
87 como o lattes, mas, de âmbito internacional. Nesse momento, como não há nenhuma
88 adaptação entre as plataformas lattes e ORCID, os dados devem ser colocados
89 manualmente, e poucas universidades brasileiras utilizam, de fato, o sistema, como a
90 USP e a UNICAMP; assim, está sendo discutida a viabilidade da utilização desse
91 sistema na UFJF e, posteriormente, mais informações sobre a questão serão trazidas ao
92 conselho. Em seguida, e de modo breve, a Presidente comentou sobre a necessidade de
93 organização da composição do presente conselho, enfatizando a necessidade da presença
94 dos conselheiros, lembrando-os de que mais de três faltas sem justificativa acarreta a
95 suspensão da cadeira no conselho, afirmando ainda que seriam enviados ofícios ao
96 Diretório Central dos Estudantes (DCE) e ao Sindicato dos Trabalhadores Técnico-
97 Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz
98 de Fora (SINTUFEJUF), a fim de regularizar a questão da representação discente e
99 técnica-administrativa. Por fim, a Presidente relatou a concessão da CAPES de uma
100 verba de R\$ 257.000,00 em forma de PROAP para ser usada exclusivamente na
101 manutenção de equipamentos de laboratórios vinculados a algum PPG. O levantamento
102 dos reparos será feita através de um formulário do Google para uma posterior realização
103 de licitações; dependendo da demanda, a intenção é de que este processo seja levado a
104 cabo pela FADEPE pelo fato de possuir uma maior flexibilidade em relação ao teto para
105 suspensão de licitação, cerca de R\$ 40.000,00, bem maior do que se o processo for feito

106 internamente. Em relação a este ponto, o prof. Cláudio Galuppo questionou se haveria
107 alguma política de tratamento dessas demandas em relação à utilização dos recursos,
108 alguma priorização, ao que a Presidente responde que haveria, primeiro, a necessidade
109 de fazer o levantamento do real tamanho do problema. **III – Ordem do Dia: 1.**
110 **Homologação do Processo 23071.013117/2017-71 – Criação do curso de**
111 **especialização em Ensino de Ciências e Matemática para o período de 05/03/2018 a**
112 **03/08/2019:** Nesse momento, a Presidente solicitou ao prof. Grigori Chapiro que fizesse
113 a leitura do parecer da criação do curso em questão. Após a leitura do parecer – este,
114 favorável à criação do curso –, e não havendo pedidos de esclarecimento, o processo foi
115 aprovado por unanimidade. **2. Informe sobre as Homologações de Defesas de**
116 **Mestrado e Doutorado:** A Presidente comunicou aos conselheiros o registro das
117 defesas de mestrado e de doutorado realizadas desde a reunião do dia vinte e cinco de
118 junho de 2017, destacando o caráter formal e informativo deste item. **3. Informe sobre**
119 **o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região (PCTJFR):** A
120 Presidente concedeu a palavra ao Diretor do Centro Regional de Inovação e
121 Transferência de Tecnologia (CRITT), o professor Ignácio Delgado, que abordou duas
122 questões. Em primeiro lugar, informou que uma comissão interna já elaborou a minuta
123 para adaptação institucional ao Marco Tecnológico, lei nº 13.243, mas solicitou o
124 adiamento de sua apreciação para que algumas retificações fossem feitas. Deteve-se,
125 então, em seu segundo ponto, o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e
126 Região. Em relação ao mesmo, apresentou um breve histórico da questão, destacando os
127 seguintes pontos: a sua criação, em 2005, pelo Conselho Superior; a aquisição do
128 terreno e o início dos projetos em 2010; um edital para obras de infraestrutura em 2012,
129 embargado, no entanto, pelo TCU no ano seguinte, pois o projeto original envolvia
130 infraestrutura e retificação, procedimentos que deveriam ser contemplado por diferentes
131 licitações; a tentativa, em 2014, de um novo edital, suspenso, então, pela pró-reitoria; a
132 necessidade alertada pelo MEC de que, para retomar o empenho feito em 2012, deveria
133 haver uma anuência da CGU e um “de acordo” do MEC. Enfim, o professor Ignácio
134 Delgado asseverou que é um importante projeto para a cidade e que tudo leva a crer que
135 há grandes possibilidades de sucesso nessa empreitada, desde que saíamos de certo
136 imbróglio jurídico em que se detém o projeto. Contrapôs também, brevemente, a atual
137 situação com as perspectivas iniciais: o recurso esperado era da ordem de 57 milhões de
138 reais e havia a expectativa de absorver mais de 200 empresas, o que considera irrealista;
139 o empenho atual, contudo, é de cerca de 41 milhões de reais e a UFJF está negociando
140 junto à Procuradoria e à empresa que fez o projeto inicial, este que custou cerca de 5

141 milhões de reais, para que a mesma adapte o projeto ao orçamento atual, reduzindo,
142 assim, os custos; o professor asseverou também que a UFJF está em contato direto com
143 os órgãos ambientais, negociando licenças de instalação. Por fim, enfatizou que o
144 empreendimento proporcionará uma conexão maior com o espaço empresarial, dando
145 uma destinação mais aplicada à pesquisa, perfazendo, também, uma alternativa para
146 garantir o ensino público e gratuito ao enfrentar a questão do financiamento das
147 universidades. Não havendo nenhuma dúvida em relação à fala do prof. Ignácio
148 Delgado, a reunião prosseguiu com o próximo ponto de pauta. **4. Suspensão da**
149 **Portaria N.º 02, de setembro de 2015 acerca da criação da Comissão de Pós-**
150 **graduação, Pesquisa e Inovação para análise e reestruturação da Resolução**
151 **46/2006, regulamentando o processo de consulta acadêmica e formação dos**
152 **Comitês Assessores:** Quanto a este ponto, a Presidente destacou a necessidade de que o
153 processo de eleição dos Comitês Assessores fosse melhor discutido no Fórum de
154 Pesquisa, visto ser um ambiente mais adequado para tanto, e cancelado,
155 posteriormente, pelo CSPP, afirmando que uma nova proposta deve abranger a UFJF em
156 sua diversidade de áreas. Propôs, assim, a suspensão da portaria que instituiu uma
157 comissão com três membros para análise desse processo. O prof. Luiz Antônio Sodré,
158 que fez parte da comissão, afirmou não ver sentido em cancelar a portaria, pois os
159 serviços da comissão já foram encerrados e um documento final referente aos trabalhos
160 foi encaminhado, na época, à Pró-reitoria, mas as contribuições não chegaram a ser
161 discutidas no CSPP, esclarecendo também que a comissão não visava discutir,
162 especificamente, o processo de eleição, mas a resolução em si e as funções dos Comitês
163 Assessores. O prof. Antônio Márcio Resende, outro membro da comissão instituída pela
164 referida portaria, comentou a dificuldade de abarcar todas as especificidades das áreas,
165 concordando com o prof. Luiz Antônio Sodré quanto ao fato de não haver necessidade
166 de cancelar a portaria, pois a comissão havia terminado seus trabalhos. Diante do
167 exposto, a Presidente propôs que se submetesse o documento produzido pela extinta
168 comissão ao Fórum de Pesquisa, que o avaliaria e proporia contribuições para o
169 processo de composição dos Comitês Assessores, proposta aprovada por unanimidade.
170 **5. Homologação do Processo 23071.009640/2017-01 – Criação do Doutorado em**
171 **Serviço Social:** Passou-se, assim, à homologação dos processos de APCN, momento
172 em que a Presidente evidenciou o trabalho envolvido nessa trajetória, desde a
173 coordenação dos proponentes, passando pelas avaliações técnicas da PROPP, até à
174 submissão à Câmara de Pós-Graduação e à avaliação de pareceristas externos,
175 destacando o amadurecimento e o aperfeiçoamento das propostas e o processo de

176 expansão vivido pela universidade. Assim, a Presidente solicitou à professora Cláudia
177 Viscardi que fizesse a leitura do parecer da criação do Doutorado em Serviço Social. A
178 professora destacou, no parecer final, que o processo, de três volumes, estava muito bem
179 redigido, destacando sua relevância, sobretudo, por não haver ainda nenhum programa
180 de doutorado em Serviço Social em Minas Gerais. Não havendo pedidos de
181 esclarecimento, passou-se à votação da homologação do processo, que foi aprovado por
182 unanimidade. **6. Homologação do Processo 23071.008327/2017-48 – Criação do**
183 **Doutorado em Ciências Farmacêuticas:** A presidente solicitou à professora Flávia
184 Cavalieri Machado que fizesse a leitura do parecer da criação do doutorado em Ciências
185 Farmacêuticas. A professora destacou que a proposta está muito bem apresentada, não
186 havendo nenhuma grande observação a fazer, e que os pareceristas foram bastante
187 favoráveis à proposta; além disso, todas as recomendações iniciais da Câmara de Pós-
188 graduação foram incluídas na proposta. Não havendo nenhum pedido de esclarecimento
189 após a leitura do parecer, passou-se à votação da homologação do processo, sendo
190 aprovado por unanimidade. **7. Homologação do Processo 23071.011093/2017-16 –**
191 **Criação do Doutorado Profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados:**
192 A Presidente solicitou ao Pró-reitor Adjunto que fizesse a leitura do parecer, visto que o
193 parecerista não estava presente, que destacou as excelentes estruturas e corpo docente do
194 programa. Após a leitura, o professor Paulo Henrique Menezes objetou o fato de ainda
195 não haver uma regulamentação do MEC para os programas de doutorado profissional,
196 ao que o prof. Virgílio de Carvalho contrapôs o fato de todos os programas profissionais
197 estarem, atualmente, em um “limbo”, pois a portaria expedida em março deste ano
198 revogava as anteriores e estipulava um prazo de 180 dias para a regulamentação da
199 questão através de outra portaria, o que, até o momento, não havia sido realizado. A
200 sugestão aventada pelo Pró-reitor Adjunto e pela Presidente foi a de que se votasse a
201 aprovação do processo com a condicionante de que retorne ao conselho caso haja
202 necessidade de algum ajuste a fim de que se adapte a posterior legislação. Então, votu-
203 se, por unanimidade, pela aprovação do processo. **8. Homologação do Processo**
204 **23071.008192/2017-11 – Criação do Mestrado em Turismo:** A Presidente solicita
205 novamente ao Pró-reitor Adjunto que faça a leitura do parecer por conta da ausência do
206 parecerista. O professor Luís Paulo enfatizou o fato de ser a proposta que mais teve
207 avaliações externas, tendo sido construída a partir das várias recomendações que foram
208 feitas. Não havendo nenhum pedido de esclarecimento após a leitura do parecer, passou-
209 se à votação da homologação do processo de criação do Mestrado em Turismo, sendo
210 aprovado por unanimidade. **9. Homologação do Processo 23071.008296/2017-25 –**

211 **Criação do Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde – GV:** A Presidente solicitou
212 ao professor Antônio Márcio Resende, membro da Câmara de Pós-graduação, que
213 fizesse a leitura do parecer. O professor destacou o corpo docente de 15 professores
214 permanentes e com boa produtividade e as coerentes linhas de pesquisa, alertando para a
215 necessidade de espaços próprios ao programa, apesar das justificativas encaminhadas
216 em relação aos espaços que serão destinados ao novo programa. Quanto a este processo,
217 o principal questionamento foi proferido pelo prof. Luiz Antônio Sodré, que considerou
218 temeroso a criação de um PPG diante da complicada situação do Campus de
219 Governador Valadares, sem uma estrutura física própria, laboratórios compartilhados,
220 considerando a infraestrutura como fundamental para a boa condução do curso. Os
221 professores Antônio Márcio Resende e Carla Malaguti lembraram que alguns deles já
222 fazem parte em PPGs do Campus de Juiz de Fora, e os professores José Alberto
223 Castañon e Fernando Colugnati expressaram seu apoio à iniciativa. O processo foi
224 colocado em votação e foi aprovado com apenas três votos contra. **10. Solicitação do**
225 **PPG Saúde – Reconhecimento de Título de Doutor:** Como último ponto de pauta, a
226 Presidente apresentou uma solicitação do PPG Saúde relativa à possibilidade de
227 reconhecimento de notório saber – competência atribuída ao CSPP pelo Reitor – de um
228 pesquisador que o programa pretende convidar para o processo seletivo de Professor
229 Visitante; tratou-se apenas de uma consulta para que formalizassem o convite ao
230 pesquisador pretendido. Assim, o prof. Francis Ricardo Justi procedeu à leitura de seu
231 parecer do dossiê apresentado pelo PPG Saúde, manifestando-se favoravelmente ao
232 reconhecimento de notório saber ao professor Alberto Barceló – que possui, não um
233 PhD, mas um MD (Doctor of Medicine) – devido, entre outros pontos, a sua extensa e
234 significativa produção, seu trabalho de orientação, o fato de ser uma referência na área e
235 de atuar como professor associado na Universidade de Miami e ter atuado em diversas
236 outras Instituições de Ensino Superior. O prof. Francis Justi deixou claro que o
237 reconhecimento de notório saber não significa nem implica necessariamente a análise de
238 equivalência de título. Após a leitura do parecer, as principais intervenções foram as
239 seguintes: o prof. Fernando Colugnati explicou que o prof. Alberto Barceló já atua no
240 PPG Saúde e é referência na OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), possuindo
241 extensa participação em outras universidades federais, e que sua vinda seria uma grande
242 oportunidade de estabelecer uma rede de cooperação internacional, aproximando a UFJF
243 do programa da Universidade de Miami; em relação aos questionamentos sobre a
244 necessidade de titulação presente no edital, a Presidente alertou para a existência de
245 decreto federal que garante a qualquer pessoa participante de processo seletivo que

246 comprove sua titulação apenas no momento da contratação, sendo a pontuação feita
247 através de avaliação curricular, e que o problema em relação à titulação estaria, no
248 entanto, no enquadramento da carreira, o que constitui outra questão; o prof. José
249 Alberto Castañon advertiu que este conselho não tem autoridade para conceder um título
250 de doutor ao pesquisador em questão, ao que a Presidente lembrou que não está em
251 discussão a concessão de título de qualquer espécie; o prof. Cláudio Galuppo sugeriu
252 que se fizesse uma consulta às áreas a fim de verificar a existência de algum outro título
253 equivalente ao PhD, para que essas outras titulações já constassem quando do edital; o
254 prof. Fernando Colugnati reconheceu que nenhum título será concedido, pois sua
255 consulta não tocava nesse aspecto, e que a intenção era a de contribuir para o PPG
256 Saúde. **IV – Assuntos Gerais:** Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por
257 encerrada a reunião. Para constar, foi lavrada a presente ata que transcrevo, dato e
258 assino.

259

260

Juiz de Fora, 11 de setembro de 2017.

261

262

263

Prof.^a Dr.^a Mônica Ribeiro de Oliveira

264

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa / Presidente do CSPP

265

266

267

Thalles do Nascimento Castro

268

Secretário do CSPP

269

Aprovada na reunião do dia ___/___/___.